

Parlamentarismo mantém indiretas

Eleição direta só vale com maioria absoluta no primeiro turno

ANC 88
Pasta 20 a 25
Setembro/87
002



A memorável campanha pelas diretas: sem efeito para a Constituinte

Reserva de mercado é excluída do texto

O mercado interno brasileiro não será reservado para a tecnologia nacional. O novo substitutivo do deputado Bernardo Cabral suprimiu o enunciado que mantinha o mercado interno como parte integrante do patrimônio brasileiro. Com isso, a comercialização de bens e serviços da área de ciência e tecnologia está aberta a todas as empresas nacionais e estrangeiras.

O primeiro substitutivo do relator, aprovado por reivindicações do senador Brasil Infante, previa que engloba as atividades de comércio exterior, fabricantes de computadores e usuários de computadores. A versão do mercado interno integrante do patrimônio nacional veio resistindo desde a subcomissão até o primeiro substitutivo de Cabral.

Em contrapartida, o texto trouxe agora um dispositivo disciplinando os lucros do capital estrangeiro e sua remessa ao exterior, e outro determinando a responsabilização criminal dos que cometerem abusos contra a economia popular. Os índios perderam o poder

de veto sobre as concessões para exploração mineral em seu território e aumentaram as facilidades das mineradoras.

No essencial, o novo substitutivo não difere do antigo, assegurando o direito à propriedade privada e à livre iniciativa. Mas subordina tanto a posse dos imóveis rurais como urbanos à sua função social, permitindo ao Estado desapropriá-los por imposição do interesse coletivo. Apesar das pressões, foram mantidos os itens que determinam o pagamento, em Títulos da Dívida Agrária, resgatáveis em até 20 anos, das desapropriações para efeito de reforma agrária. Só as beneficiárias serão pagas em dinheiro.

O monopólio do petróleo, desde a pesquisa e lavra até o transporte e refino, também foi mantido sob poder do Estado, o mesmo ocorrendo com a energia nuclear. A exploração do subsolo e as reservas minerais e hídricas são igualmente competência da União. O usucapão urbano, dará direito à posse no caso da área não exceder a 25m².

Mudanças são poucas para o trabalhador

Foram poucas, mas substanciais, as modificações feitas pelo relator Bernardo Cabral na capítulo dos direitos sociais. Foram matidos os direitos dos empregados domésticos — 13^o repouso semanal remunerado, férias, aviso prévio e aposentadoria — e a determinação de que somente um sindicato poderá representar sua categoria nas convenções coletivas — no acordo firmado regularmente entre empregadores e empregados.

As modificações mais expressivas são as seguintes: — **Dispensa imotivada:** O relator especificou os casos em que esta pode ocorrer: quando terminar o contrato, quando houver falta grave (que deve ser concluída em lei), ou por justa causa, cujos critérios são fixados pela legislação trabalhista.

— **Automação** — No primeiro texto, estava previsto que, em caso de modernização tecnológica ou automação das indústrias, o empregado não perderia os direitos já adquiridos. No texto apresentado ontem este parágrafo foi retirado. Não há mais garantia de preservação dos direitos adquiridos.

— **Intermediação de mão-de-obra:** No primeiro substitutivo, a intermediação estava proibida. Neste, a intermediação é permitida, mediante locação, por empresas, de mão-de-obra, devendo ser regulamentada por lei ordinária.

— **Direito à greve** — Permanece como estava, acrescentado apenas um parágrafo. Em caso de movimento grevista, "os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis às penas da lei".

Pelo novo substitutivo escrito pelo deputado Bernardo Cabral e seus assessores, os brasileiros continuarão a ter sempre à vista a possibilidade de eleição indireta para a Presidência da República. O texto, que mantém a opção pelo sistema parlamentarista, prevê que o Congresso Nacional elegerá o Presidente se nenhum dos candidatos obtiver maioria absoluta de votos nas urnas. O mandato será de seis anos.

Nos capítulos dedicados aos Poderes Executivo e Legislativo, o relator Bernardo Cabral manteve praticamente intacta a redação do seu substitutivo anterior, que consagra um sistema parlamentarista muito próximo aos moldes clássicos, a ser implantado no dia 15 de março de 1988. Nesta data, o presidente Sarney — que tem seu mandato de seis anos assegurado pelo relator — deverá indicar ao Congresso o nome do primeiro-ministro que inaugurará a novo regime.

Embora o texto anterior tenha sido mantido em sua quase totalidade, uma leitura mais atenta revela alterações discretas — mas significativas — nesta parte do substitutivo. Pelo parágrafo 2^o do artigo 87, por exemplo, o próximo Presidente da República poderá ser eleito indiretamente, pelo Congresso Nacional — isto se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta dos votos na eleição popular. E um duro golpe contra candidaturas como a de Leonel Brizola e Luiz Ignácio Lula da Silva, cujos partidos detêm pequenas bancadas parlamentares.

A adoção do voto distrital, garantida pelo substitutivo anterior, também foi excluída do dispositivo que trata da eleição dos deputados. Ao mesmo tempo, o re-

lator inseriu um artigo permitindo ao primeiro-ministro e demais integrantes do Conselho de Ministros candidatarem-se à reeleição para mandato parlamentar sem a exigência de desincompatibilização.

Embora permaneça fortíssimo como condutor do Governo, o Congresso perdeu alguns poderes em relação ao substitutivo anterior, como o de regulamentar as leis em caso de omissão do Executivo. Em contrapartida, passa a depender de sua autorização prévia a aquisição de imóvel rural por estrangeiros e a exploração de riquezas minerais em terras indígenas.

Quanto ao Poder Judiciário, também não sofreu grandes modificações. O relator manteve o Supremo Tribunal Federal no papel de Corte constitucional, fortaleceu o Ministério Público (que ganha os poderes antes atribuídos ao Defensor do Povo, uma figura extinta neste novo projeto) e insistiu na criação do Superior Tribunal de Justiça para desempenhar as funções extra-constitucionais atualmente exercidas pelo STF.

Eis os principais pontos do substitutivo em relação aos três poderes da República:

EXECUTIVO

— O próximo Presidente da República será eleito no dia 15 de novembro de 1990, em um primeiro escrutínio por voto popular, direto e secreto. Se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta dos votos, o Congresso Nacional é que decidirá quem, entre os dois mais votados, será o Presidente.

— O Presidente da República, chefe de Estado, tem as seguintes atribuições principais: nomear e demitir o primeiro-ministro, dissolver a Câmara nos casos

previstos na Constituição; vetar projeto de lei; exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomeando comandantes militares e promovendo generais; determinar a realização de referendo; conduzir a política externa. Em relação ao substitutivo anterior, ganha o direito de comparecer ao Congresso para o anúncio de medidas importantes ou para manifestações políticas relevantes, mas perde o poder de solicitar reconsideração dos Parlamentares para propostas de lei rejeitadas.

— Escolhido dentre os membros do Congresso Nacional, o primeiro-ministro exercerá a direção superior da administração federal; elaborará o programa de governo; indicará os demais ministros; iniciará o processo legislativo, incluindo a proposta orçamentária; presidirá o Conselho de Ministros; promoverá e extinguirá os cargos públicos federats; e acompanhará mensalmente a tribuna para apresentar relatório sobre a execução do programa.

— O processo de formação do Governo é o seguinte: o Presidente da República consulta os partidos políticos antes de nomear o primeiro-ministro, que em dez dias comparecerá à Câmara para apresentar o seu programa. Caso os parlamentares rejeitem o nome indicado pelo Presidente, eles mesmos deverão eleger o primeiro-ministro, por maioria absoluta, no prazo de 48 horas. Se não conseguirem, o Presidente ganha o direito de dissolver o Congresso e convocar novas eleições. E vedada a iniciativa de mais de três moções de censura na mesma sessão legislativa.

— Ficam instituídos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, órgãos de consulta do Presidente da República.

Sarney não conquista Richa

O presidente José Sarney convocou ontem pela manhã o senador José Richa (PMDB-PR), um dos defensores da implantação gradual do parlamentarismo, para uma conversa no Palácio da Alvorada. Pediu-lhe ajuda para a sua tese de fortalecimento do Legislativo e manutenção do presidencialismo, mas sem sucesso. A saída do encontro, Richa revelou que o Presidente lhe pediu o apoio "como amigo". Mas se revelou impedido de dá-lo por ter compromisso público em defesa do parlamentarismo.

Sarney recebeu cópia do novo substitutivo pela manhã e o analisou em companhia do chefe do SNL, general Ivan de Souza Mendes, e do chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto. Em

seguida, chamou o senador José Richa e lhe expôs as dificuldades que vem encontrando na Comissão de Sistematização, além de lembrar que os parlamentaristas também estão divididos, o que indica que a mudança de sistema de governo não é um consenso ainda.

A saída do Alvorada, o senador José Richa relatou ainda ter dito ao Presidente que vai lutar pela implantação gradual do parlamentarismo porque, a seu ver, o texto proposto pelo deputado Bernardo Cabral — parlamentarismo já, com seis anos de mandato para Sarney — não lhe agrada e nem aos seus companheiros. "Nos vamos estudar o assunto para depois definir uma posição", afirmou. O senador

não descartou a possibilidade de vir a apoiar a tese do Presidente da República, mas explicou que primeiro vai queimar todas as fichas em defesa do parlamentarismo gradual.

Além de Richa, o Presidente recebeu ainda o deputado Cid Carvalho, PMDB-MA, também defensor do regime de gabinete, e seu filho, deputado José Sarney. O encontro durou mais de uma hora mas, conforme informou o senador paraense, o Presidente, embora tenha fechado questão em torno do presidencialismo, mantém as portas abertas para um entendimento para que se chegue a um acordo e a questão não provoque um racha maior no esquema de sustentação política do Governo.

Reforma agrária também muda

O novo substitutivo, que deverá entrar em votação na Sistematização quinta-feira, tem nove títulos, 264 artigos e 69 disposições transitórias — e traz alterações em alguns pontos importantes e polêmicos, como a reforma agrária, e jogou para diante outros, como a regulamentação do sistema financeiro nacional.

Sobre a reforma, fica estabelecido que compete à União desapropriar por interesse social "o imóvel que não esteja cumprindo a sua função social, em áreas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo. O pagamento será feito mesmo em títulos da dívida agrária — se aprovado o texto como está —, mas com a garantia de uma cláusula de preservação do valor real.

No capítulo da Ordem So-

cial, a maioria das modificações busca adequação do texto. Mas, onde houve alteração substantiva, perderam os progressistas, que não conseguiram manter o espaço conquistado nas etapas anteriores. A aposentadoria da mulher aos 25 anos, por exemplo, caiu por terra. Elas continuarão se aposentando aos 30 anos de trabalho, e os homens, aos 35.

MARAJÁS

O combate ao déficit público através da limitação de gastos com servidores — e a eliminação dos marajás — está presente no substitutivo. Os servidores que alcançam altos vencimentos acumulando gratificações variadas não terão mais seus ganhos como direito adquirido. Mais do que isto, poderão ser demiti-

tidos pelo governo. E prevista também a obrigatoriedade de prestação de concurso público para ingresso em cargos de carreira. E são fixados limites para as despesas com pessoal nos três níveis de governo.

O substitutivo dá ao Congresso Nacional amplos poderes para legislar sobre o orçamento da União. O orçamento será discutido simultaneamente pela Câmara e pelo Senado, com a ressalva de que, se não for votado até o encerramento do período legislativo, "será promulgado como lei". E permitido ao Congresso vetar o início de programas ou projetos não incluídos no orçamento, e a abertura de créditos especiais ou suplementares depende de prévia aprovação do Legislativo.

LEONARDO MOTA

Busca de grandeza

Obter uma medida de grandeza entre as partes envolvidas na definição do sistema de governo e a aspiração maior do presidente Sarney, segundo entende o ministro Ronaldo Costa Couto, que nos últimos dias tem sido o principal articulador do Palácio do Planalto. O chefe do Governo, mais que a ação, busca o gesto capaz de preservar a dignidade da instituição política numa disputa que chega a ser tão mesquinha quanto o falso conhecimento doutrinário de uma média preponderante de constituintes sobre os prós e contras do parlamentarismo em confronto com o presidencialismo.

Sarney quer disputar a voto, na Comissão de Sistematização, sua proposta de manutenção do "status-quo" que deu certo no País apesar de todas as crises afloradas no curso republicano gerando deposições, golpes, renúncias e suicídios. Mas esses fenômenos estariam mais no caráter do povo que na forma de governo. Agora, na verdade, vive-se um momento de falência dos costumes, fragilização das instituições políticas e acomodação intelectual, dando o pano de fundo a uma crise das elites tão profunda quanto indagar se temos elites.

O ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, desenvolveu sua estratégia de ação política face ao Constituinte, para instrumentar a decisão do Congresso de ganhar, pelo voto, o seu direito de continuar tal ou qual o sistema parlamentarista, inoperável para um País que tem necessidade de um esquema administrativo e de relações de poder, que na prática funciona.

O Ministro vai se envolver diretamente nessa operação, sabendo que é franco seu relacionamento com os políticos. Está consciente de que a medida da grandeza buscada pelo Presidente da República não exclui a estratégia de garantir pelo voto o que ao Governo significa a sua sobrevivência em dignidade.

SARNEY OFERECIU AVIÃO

Tão logo soube do falecimento do ex-ministro Golbery do Couto e Silva o presidente Sarney ofereceu à família um avião da FAB para transportar o corpo até Brasília. Dona Esmeralda, consultada, agradeceu ao Presidente a gentileza. Foi mesmo o general Ivan de Souza Mendes que, a pedido de Sarney, informou o ex-presidente Ernesto Geisel.

RESGATE DE AMIZADE

Um dos últimos pedidos feitos pelo ex-ministro Golbery do Couto e Silva, foi para que se ajudasse a resolver o problema das contas da gestão do Sr. José Dion de Melo Telles, no Serpro, ainda indefinida porque a Autarquia não mandou informações. O ministro Sarney, em um caso de perseguição da Nova República, não deixou de mandar aulas na Sorbonne, tal como os outros ministros cassados que se extinguíram no processo 61. No caso do ex-presidente, o pedido de ajuda de Golbery foi feito pouco antes de morrer ao senador Marco Maciel, que já o levou ao presidente Sarney.

ELOGIO A LEONIDAS

Testemunhas de um recente encontro entre o deputado Bernardo Cabral e o general Leonidas Pires Gonçalves atestam que o ministro do Exército estufou o peito quando o relator da Comissão de Sistematização lhe disse, apontando o chefe militar: esse é um dos melhores nomes que temos para primeiro-ministro.

Ari Cunha
VISTO, LIDO E OUVIDO

A arte de se fazer uma Constituinte

Um dia, Getúlio Vargas era presidente, e resolveu dar um golpe de Estado. A situação mundial justificava, porque o nazismo e o fascismo dominavam a Europa. Foi assim que nasceu o Estado Novo, em 1937, depois de um ataque frustrado do integralismo ao Palácio do Catete.

Getúlio confiava muito no seu ministro da Justiça, Francisco Campos, e o encarregou de fazer nova Constituição. Ele se trancou no escritório, e dois dias depois divulgou a nova Constituição, apelidada por alguns como "A Polaca". Mas fez, e o Brasil teve sua vida regida por seus artigos durante mais de oito anos. Hoje, nós temos quase seis centenas de constituintes, e as brigas e discussões são as coisas mais corriqueiras. Até agora, não apareceu uma única discussão sobre se prendesse a um assunto do interesse público.

Quando o relator Bernardo Cabral se esconde para poder trabalhar, vem a turba e protesta. Mas os nossos constituintes estão querendo dar direitos, sem exigir deveres. Agora, por exemplo, volta a discussão sobre a estabilidade no emprego depois de noventa dias, e a redução da carga de trabalho.

Quando a Alemanha estava na nossa situação de inflação, seus trabalhadores tinham carga horária de até 16 horas diárias. Assim é que se faz, para levantar o País, e não o que estão desejando os constituintes. Dêem os deveres. Os direitos, o trabalhador conquistará muito mais ainda no futuro.

PLANEJAMENTO — O ministro Anibal Teixeira, que está muito vigilante quanto à liberação de verbas do seu Ministério, precisa saber que dorme por suas gavetas a liberação de 450 milhões para iniciar o Hospital Sarah de Salvador. Sabe-se que o Brasil precisa de hospitais, e os das Pioneiras tem mostrado que são os melhores do Brasil. Por isso, não se deve engavetar verba.

SARNEY — Muitos tempos atrás, o presidente Sarney reuniu intelectuais no Alvorada, e em tom alegre previu a eleição do senador Pompeu de Sousa, dizendo que na visão de D. Bosco estava registrado que o primeiro senador por Brasília teria cabelos brancos. Na verdade não foi o primeiro, mas isto não tem importância. O que é fato é que Sarney não tolera ouvir hoje as visões de D. Bosco, principalmente se for nessa área.

AGUA — A coleta d'água para as mansões do Lago é feita num lugar sem higiene, sem cuidados e sem proteção. Fui visitar outro dia. Fiquei horrorizado. Quando alguma árvore tomba na mina, a água fica de tal forma turva que é distribuída quase que em estado pastoso. Quem a utiliza, às vezes, é obrigado a coá-la antes de servir.

CULTURA — Florbela Espanca, uma das maiores figuras literárias de Portugal, terá suas poesias interpretadas num espetáculo a ser levado em Brasília por Plínio Mosca. A colônia lusitana no Distrito Federal está exultante, e promete todo apoio.